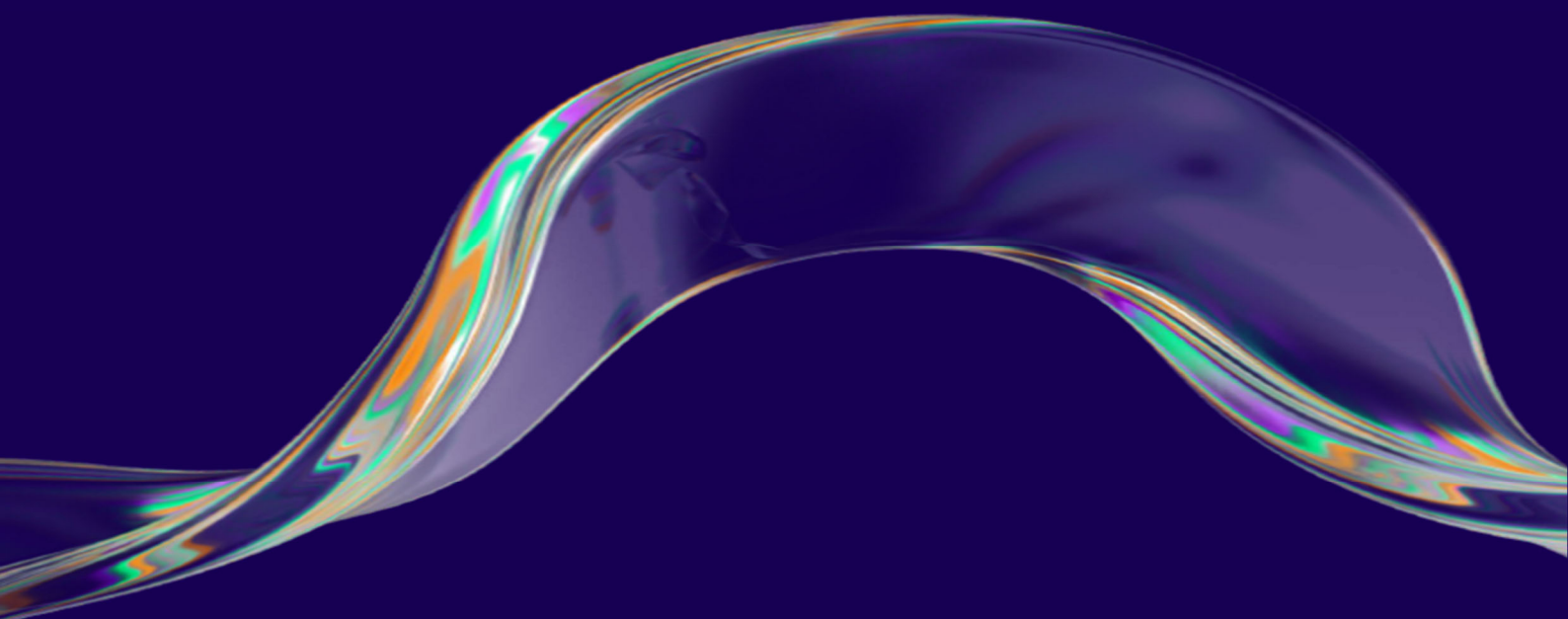


# **Veleiros Holdings S.A.**



**Demonstrações financeiras  
consolidadas e individuais em 31 de  
dezembro de 2025**



# Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas  
Veleiros Holdings S.A.

## Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Veleiros Holdings S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

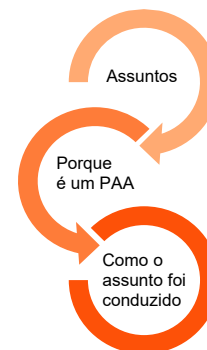
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia e da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

## Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



<b>Porque é um PAA</b>	<b>Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria</b>
<p><b>Reconhecimento da receita (Nota 5)</b></p> <p>Conforme descrito na Nota 5 a receita das controladas decorre da geração e venda de energia elétrica, cujo reconhecimento ocorre quando a obrigação contratual de entregar energia é satisfeita e o valor da venda pode ser mensurado de forma confiável.</p> <p>O processo de receita ainda inclui a mensuração da receita não faturada ao cliente, relacionada ao fornecimento de energia elétrica, calculada em base estimada, até 31 de dezembro de 2025, utilizando determinadas premissas oriundas dos contratos de venda de energia.</p> <p>Esse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria, tendo em vista o risco inerente envolvendo o reconhecimento da receita em período distinto daquele em que a obrigação de desempenho foi atendida e a utilização de premissas e critérios subjetivos nas estimativas de receitas não faturadas.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>Avaliação do desenho e da implementação dos controles internos relevantes determinados pela Administração sobre o reconhecimento da receita;</li><li>Confronto dos saldos contábeis com os arquivos fiscais de faturamento;</li><li>Recálculo, em base amostral, dos contratos, considerando volume e preços contratados;</li><li>Teste, em base amostral, do recebimento subsequente das vendas do exercício;</li><li>Leitura das divulgações apresentadas em notas explicativas.</li></ul> <p>Consideramos que as premissas e critérios adotados pela administração são consistentes com as divulgações em notas explicativas e as informações obtidas em nossos trabalhos.</p>

## Outros assuntos - Valores correspondentes ao exercício anterior

O exame das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria, com data de 26 de março de 2025, sem ressalvas.



Veleiros Holdings S.A.

## **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

## **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.

Veleiros Holdings S.A.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas, em seu conjunto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria realizado para os propósitos da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 13 de março de 2026



PricewaterhouseCoopers  
Auditores Independentes Ltda.  
CRC 2SP000160/O-5

Luciano Jorge Moreira Sampaio Júnior  
Contador CRC 1BA018245/O-1

## Índice

### Demonstrações financeiras consolidadas e individuais

Demonstração do resultado .....	3
Demonstração do resultado abrangente .....	4
Demonstração dos fluxos de caixa .....	5
Balanco patrimonial .....	6
Demonstração das mutações do patrimônio líquido .....	7

### Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais

1	Considerações gerais.....	8
2	Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das práticas contábeis .....	9
3	Novas normas, alterações e interpretações de normas emitidas pelo CPC e IASB.....	10
4	Estimativas e julgamentos contábeis críticos.....	11
5	Receita.....	12
6	Custos e despesas.....	13
7	Resultado financeiro líquido .....	13
8	Caixa e equivalentes de caixa .....	14
9	Aplicações financeiras .....	14
10	Fundo de liquidez – conta reserva .....	15
11	Outros ativos .....	15
12	Contas a receber de clientes .....	16
13	Investimentos.....	16
14	Imobilizado .....	18
15	Financiamentos e debêntures.....	21
16	Partes relacionadas .....	24
17	Fornecedores.....	24
18	Imposto de renda e contribuição social .....	24
19	Patrimônio líquido.....	26
20	Instrumentos financeiros e gestão de risco .....	26

**Veleiros Holdings S.A.**  
**Demonstração do resultado do exercício**  
**Exercícios findos em 31 de dezembro**  
**Em milhares de reais**

	Nota	Consolidado		Controladora	
		2025	2024	2025	2024
Receita líquida	5	65.603	55.073	-	-
Custo com energia elétrica	6	(23.713)	(28.541)	-	-
Custo com operação	6	(31.505)	(27.533)	-	-
<b>Lucro (prejuízo) bruto</b>		<b>10.385</b>	<b>(1.001)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Despesas operacionais</b>					
Gerais e administrativas	6	(4.311)	(2.093)	(66)	(115)
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	6	(296)	(1)	-	-
		<b>(4.607)</b>	<b>(2.094)</b>	<b>(66)</b>	<b>(115)</b>
<b>Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro</b>		<b>5.778</b>	<b>(3.095)</b>	<b>(66)</b>	<b>(115)</b>
<b>Resultado de participações societárias</b>					
Equivalência patrimonial	13(a)	-	-	(16.870)	(11.832)
		-	-	(16.870)	(11.832)
<b>Resultado financeiro líquido</b>	7				
Receitas financeiras		7.222	5.271	5.005	2.603
Despesas financeiras		(40.533)	(56.844)	(18.495)	(49.280)
		<b>(33.311)</b>	<b>(51.573)</b>	<b>(13.490)</b>	<b>(46.677)</b>
<b>Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social</b>		<b>(27.533)</b>	<b>(54.668)</b>	<b>(30.426)</b>	<b>(58.624)</b>
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>	18				
Correntes		(2.893)	(2.430)	-	-
Diferidos		4	(1.533)	4	(7)
<b>Prejuízo do exercício</b>		<b>(30.422)</b>	<b>(58.631)</b>	<b>(30.422)</b>	<b>(58.631)</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas e individuais.

**Veleiros Holdings S.A.**  
**Demonstração do resultado abrangente**  
**Exercícios findos em 31 de dezembro**  
Em milhares de reais

---

	<b>Consolidado</b>		<b>Controladora</b>	
	<b>2025</b>	<b>2024</b>	<b>2025</b>	<b>2024</b>
Prejuízo do exercício	(30.422)	(58.631)	(30.422)	(58.631)
Resultado abrangente do exercício	-	-	-	-
<b>Total do resultado abrangente do exercício</b>	<b>(30.422)</b>	<b>(58.631)</b>	<b>(30.422)</b>	<b>(58.631)</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas e individuais.

**Veleiros Holdings S.A.**  
**Demonstração dos fluxos de caixa**  
**Exercícios findos em 31 de dezembro**  
**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

	Nota	Consolidado		Controladora	
		2025	2024	2025	2024
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>					
<b>Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social</b>		<b>(27.533)</b>	<b>(54.668)</b>	<b>(30.426)</b>	<b>(58.624)</b>
Ajustes de itens que não representam alteração de caixa e equivalentes de caixa					
Equivalência patrimonial	13(a)	-	-	16.870	11.832
Juros e variações monetárias		38.210	54.239	17.968	49.232
Depreciação e amortização	6	26.380	24.767	-	-
Baixa de ativo imobilizado e intangível	6	72	-	-	-
Apropriação de custos de captações	7	366	573	297	6
Rendimentos sobre fundo de reserva		(1.143)	(418)	(57)	(20)
Ajuste a valor presente sobre obrigações com desmobilização de ativos	7	370	-	-	-
Ajuste a valor presente dos arrendamentos	7	-	594	-	-
		<u>36.722</u>	<u>25.087</u>	<u>4.652</u>	<u>2.426</u>
<b>Decréscimo (acrécimo) em ativos</b>					
Contas a receber de clientes		(1.203)	(3.546)	-	-
Tributos a recuperar		(2.224)	354	(2.013)	792
Demais créditos e outros ativos		1.153	9.701	913	3.227
<b>Acrécimo (decrécimo) em passivos</b>					
Fornecedores		(6.556)	12.975	-	(1.172)
Tributos a recolher		(1.268)	2.272	4	(82)
Demais obrigações e outros passivos		(107)	124	14	(24)
<b>Caixa proveniente das (aplicado nas) operações</b>		<b>26.517</b>	<b>46.967</b>	<b>3.570</b>	<b>5.167</b>
Juros pagos sobre financiamentos	15(c)	(31.689)	(26.724)	(11.184)	(26.724)
Juros pagos sobre arrendamento		-	(594)	-	-
Imposto de renda e contribuição social pagos		(3.801)	(3.823)	-	-
<b>Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais</b>		<b>(8.973)</b>	<b>15.826</b>	<b>(7.614)</b>	<b>(21.557)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>					
Resgate (aplicação) de aplicações financeiras		(7.399)	-	(3.729)	-
Resgate (aplicação) de conta reserva		4.011	(6.229)	57	-
Aumento de capital em controladas	1.1.1(a)	-	-	(8.600)	-
Redução de capital em controladas	1.1.1(a)	-	-	12.852	190.305
Aquisição de imobilizado e intangível		(9.928)	(35.934)	-	-
<b>Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de investimento</b>		<b>(13.316)</b>	<b>(42.163)</b>	<b>580</b>	<b>190.305</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>					
Captação de recursos	15(c)	-	220.000	-	-
Adição de custos com captação	15(c)	-	(2.486)	-	(312)
Liquidação de financiamentos	15(c)	(3.456)	(325.152)	(1.697)	(325.152)
Aumento de capital		-	150.001	-	150.001
Pagamento de dividendos		(1.101)	-	(1.101)	-
<b>Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de financiamento</b>		<b>(4.557)</b>	<b>42.363</b>	<b>(2.798)</b>	<b>(175.463)</b>
<b>Acrécimo (decrécimo) em caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>(26.846)</b>	<b>16.026</b>	<b>(9.832)</b>	<b>(6.715)</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício</b>		<b>63.650</b>	<b>47.624</b>	<b>40.788</b>	<b>47.503</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício</b>		<b>36.804</b>	<b>63.650</b>	<b>30.956</b>	<b>40.788</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas e individuais.

**Veleiros Holdings S.A.**  
**Balanco patrimonial**  
**Exercícios findos em 31 de dezembro**  
**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

	Nota	Consolidado		Controladora	
		2025	2024	2025	2024
<b>Ativo</b>					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	8	36.804	63.650	30.956	40.788
Aplicações financeiras	9	7.654	-	3.773	-
Fundo de liquidez - Conta reserva	10	585	-	-	-
Contas a receber de clientes	12	6.598	5.395	-	-
Tributos a recuperar		2.684	461	2.030	17
Dividendos a receber	16	-	-	453	453
Outros ativos	11	5.694	5.919	246	232
		<u>60.019</u>	<u>75.425</u>	<u>37.458</u>	<u>41.490</u>
Não circulante					
Realizável a longo prazo					
Fundo de liquidez - Conta reserva	10	3.174	6.627	-	-
Outros ativos	11	12	939	12	939
		<u>3.186</u>	<u>7.566</u>	<u>12</u>	<u>939</u>
Investimentos	13	-	-	411.484	432.606
Imobilizado	14	617.711	635.018	-	-
Intangível		24.371	25.243	-	-
		<u>642.082</u>	<u>660.261</u>	<u>411.484</u>	<u>432.606</u>
<b>Total do ativo</b>		<b><u>705.287</u></b>	<b><u>743.252</u></b>	<b><u>448.954</u></b>	<b><u>475.035</u></b>
<b>Passivo e patrimônio líquido</b>					
Circulante					
Financiamentos e debêntures	15	4.459	12.878	1.841	2.311
Fornecedores	17	28.443	36.654	-	-
Tributos a recolher		1.092	1.430	20	16
Dividendos a pagar	16	-	1.101	-	1.101
Outros passivos		67	-	-	-
		<u>34.061</u>	<u>52.063</u>	<u>1.861</u>	<u>3.428</u>
Não circulante					
Financiamentos e debêntures	15	371.183	359.078	152.143	146.245
Imposto de renda e contribuição social diferidos		9	1.851	9	13
Obrigações com desmobilização de ativos		5.084	4.714	-	-
Provisões para litígios		255	232	246	232
Outros passivos		-	197	-	-
		<u>376.531</u>	<u>366.072</u>	<u>152.398</u>	<u>146.490</u>
<b>Total do passivo</b>		<b><u>410.592</u></b>	<b><u>418.135</u></b>	<b><u>154.259</u></b>	<b><u>149.918</u></b>
Patrimônio líquido					
Capital social	19	382.531	382.531	382.531	382.531
Prejuízos acumulados		(87.836)	(57.414)	(87.836)	(57.414)
<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b><u>294.695</u></b>	<b><u>325.117</u></b>	<b><u>294.695</u></b>	<b><u>325.117</u></b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b><u>705.287</u></b>	<b><u>743.252</u></b>	<b><u>448.954</u></b>	<b><u>475.035</u></b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas e individuais.

**Veleiros Holdings S.A.**  
**Demonstração das movimentações do patrimônio líquido**  
**Exercícios findos em 31 de dezembro**  
**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

	Capital social	Capital social a integralizar	Reserva de lucros		Prejuízos acumulados	Patrimônio Líquido
			Reserva de investimentos	Reserva Legal		
<b>Em 1º de janeiro de 2024</b>	<b>329.386</b>	<b>(96.856)</b>	<b>233</b>	<b>116</b>	<b>-</b>	<b>232.879</b>
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(58.631)	(58.631)
<b>Total do resultado abrangente do exercício</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(58.631)</b>	<b>(58.631)</b>
<b>Demais mutações patrimoniais do exercício</b>						
Aumento de capital	53.145	-	-	-	-	53.145
Integralização de capital	-	96.856	-	-	-	96.856
<b>Dividendos adicionais</b>						
Constituição de reserva estatutária de investimento	-	-	868	-	(868)	-
Absorção de prejuízo do exercício	-	-	(1.101)	(116)	1.217	-
Reversão dos saldos declarados de dividendos	-	-	-	-	868	868
<b>Contribuições dos acionistas e distribuições aos acionistas</b>	<b>53.145</b>	<b>96.856</b>	<b>(233)</b>	<b>(116)</b>	<b>1.217</b>	<b>150.869</b>
<b>Em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>382.531</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(57.414)</b>	<b>325.117</b>
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(30.422)	(30.422)
<b>Total do resultado abrangente do exercício</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(30.422)</b>	<b>(30.422)</b>
<b>Em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>382.531</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(87.836)</b>	<b>294.695</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas e individuais.

## 1 Considerações gerais

A Veleiro Holdings S.A., ("Companhia"), com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, foi constituída em 05 de maio de 2021. A Companhia tem por objeto social participar como sócia ou acionista, do capital de outras sociedades ou empreendimentos, bem como apoiar e monitorar o desempenho de suas controladas, por meio de: a) mobilização de recursos para o atendimento das respectivas necessidades adicionais de capital de risco; b) subscrição ou aquisição de valores mobiliários que forem emitidos para fortalecimento da respectiva posição no mercado de capital; c) atividades correlatas ou subsidiárias de interesse das mencionadas.

A Companhia é diretamente controlada pela Tucano Holding I S.A. e indiretamente pela Auren Participações S.A..

A Companhia explora e opera centrais geradoras eólicas localizadas no estado do Rio Grande do Norte, as quais compõem o complexo eólico Cajuína, com capacidade instalada total de 91,2 MW, por meio de suas investidas.

As atividades da Companhia e suas controladas são regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL").

As controladas eólicas possuem outorga de geração emitida pelo Ministério de Minas e Energia ("MME") conforme listado abaixo:

Eólica	Central Geradora Eolielétrica (EOL)	Portaria MME	Capacidade instalada MW	Início da concessão	Término da concessão
Ventos de São Ricardo 03 Energias Renováveis S.A.	Ventos de São Ricardo 03	REA 9476/2020	51,3	26/11/2020	25/11/2055
Ventos de São Ricardo 04 Energias Renováveis S.A.	Ventos de São Ricardo 04	REA 9477/2020	39,9	26/11/2020	25/11/2055

### 1.1 Principais eventos ocorridos durante o exercício de 2025

#### 1.1.1 Principais eventos societários

##### (a) Movimentação de capital em controladas

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foram aprovadas as movimentações de capital das controladas conforme tabela a seguir:

Controladas	2024	Aumento (redução)	2025
Ventos de São Ricardo 03 Energias Renováveis S.A.	201.864	(7.197)	194.667
Ventos de São Ricardo 04 Energias Renováveis S.A.	168.274	2.945	171.219
	<b>370.138</b>	<b>(4.252)</b>	<b>365.886</b>

#### 1.1.2 Principais eventos operacionais

##### (a) Efeitos da promulgação da Lei nº 15.269/2025 sobre as operações de geração de energia

Em 24 de novembro de 2025 foi sancionada a Lei nº 15.269/2025 (convertida da Medida Provisória nº 1.304/2025), que moderniza o marco regulatório do setor elétrico brasileiro, trazendo alterações relevantes relacionadas à modicidade tarifária, segurança energética, regulamentação do armazenamento de energia e abertura total do mercado.

A seguir, destacam-se os pontos mais relevantes da Lei, com potencial impacto sobre as operações da Companhia na condição de geradora:

- Ajustes relacionados ao *curtailment* (cortes de geração) de geração eólica:

Possibilidade de reconhecimento integral dos cortes elétricos (indisponibilidade externa e confiabilidade) ocorridos antes da publicação da Lei, mediante a assinatura de um Termo de Compromisso junto ao Governo Federal, bem como, compensação parcial pelos cortes ocorridos após

a publicação da Lei, considerando compensação integral dos cortes por restrições elétricas de indisponibilidade externa e a compensação com algumas restrições para confiabilidade e sobreoferta desde que a geração não possa ser alocada na carga, condicionada à definição de critérios e regulamentação do tema ao longo de 2026.

O Ministério de Minas e Energia iniciou a discussão do tema por meio da Consulta Pública Nº 210, que deverá estabelecer o Termo de Compromisso aplicável à compensação dos cortes mencionados.

- Regras de autoprodução e equiparação:

A Lei impõe critérios mais rígidos para equiparação de consumidores a autoprodutores, exigindo demanda agregada mínima de 30.000 kW (3.000 kW por unidade) e participação societária relevante do consumidor na geradora (mínimo de 30% em estruturas com ações preferenciais com maior peso econômico).

A alteração não fere os direitos adquiridos e projetos em andamento são preservados, respeitadas as condições de transição impostas na própria Lei como prazo para finalização de estruturas societárias.

- Possibilidade de renovação de concessões hidrelétricas:

A Lei autoriza a prorrogação das concessões e a licitação de usinas hidrelétricas com capacidade instalada superior a 50 MW e outorgadas antes de 11 de dezembro de 2003, por períodos de até 30 anos, a critério do Poder Concedente.

Até a data de elaboração destas demonstrações financeiras, a Administração concluiu que não tem elementos suficientes para reconhecer qualquer ativo relacionado ao assunto, pois, entre outros, grande parte das disposições dependem de regulamentação complementar do órgão regulador, incluindo os temas relacionados aos cortes de geração.

A Companhia continuará monitorando atentamente o desdobramento regulatório e divulgará informações adicionais quando houver impacto relevante sobre seus resultados, fluxos de caixa ou posição financeira.

## **2 Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das práticas contábeis**

### **2.1 Declaração de Conformidade**

#### **(a) Demonstrações financeiras consolidadas e individuais**

As demonstrações financeiras consolidadas e individuais foram preparadas tomando-se por base as práticas contábeis adotadas no Brasil, o que inclui os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPCs"), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC") e conforme as normas internacionais de Relatório Financeiro (*International Financial Reporting Standards* ("IFRS")) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB") (atualmente denominadas "normas contábeis IFRS") incluindo as interpretações emitidas pelo IFRS Interpretations Committee "IFRIC", ou pelo seu órgão antecessor, *Standing Interpretations Committee* (SIC® *Interpretations*) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

#### **(b) Aprovação das demonstrações financeiras**

A emissão destas demonstrações financeiras foi aprovada pela Diretoria em 13 de março de 2026.

## 2.2 Base de apresentação

A preparação das demonstrações financeiras considerou a base contábil de continuidade operacional, o custo histórico como base de valor, exceto no caso de certos ativos e passivos financeiros, ajustes para refletir a mensuração ao valor justo.

As demonstrações financeiras requerem o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação de suas práticas contábeis. As áreas que requerem maior nível de julgamento e apresentam maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 4.

Algumas notas explicativas presentes nestas demonstrações contábeis sofreram alterações de apresentação para garantir e assegurar a comparabilidade e transparência das informações financeiras, considerando todas as mudanças estruturais decorrentes do processo de harmonização das práticas contábeis adotadas pela Companhia.

## 2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional e de apresentação da Companhia e de suas controladas é o Real (R\$).

## 2.4 Consolidação

A Companhia consolida todas as entidades sobre as quais detém controle, isto é, quando está exposta ou tem direito a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem capacidade de dirigir as atividades relevantes.

### (a) Controladas

As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. Transações, saldos e resultados de transações entre controladas da Companhia são eliminados. Na aquisição, as políticas contábeis das controladas são alteradas quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

### (b) Empresas controladas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas

Controladas	Percentual do capital total e votante		Localização da sede	Atividade principal
	2025	2024		
Ventos de São Ricardo 03 Energias Renováveis S.A	100%	100%	Rio Grande do Norte - Brasil	Geração eólica
Ventos de São Ricardo 04 Energias Renováveis S.A	100%	100%	Rio Grande do Norte - Brasil	Geração eólica

## 3 Novas normas, alterações e interpretações de normas emitidas pelo CPC e IASB

### (a) Novas normas emitidas e emendas às normas contábeis adotadas pela Companhia e suas controladas em 2025

A Companhia e suas controladas analisaram as emendas às normas, interpretações e alterações que entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025, e não identificou impactos relevantes na preparação das demonstrações financeiras do período corrente e futuros.

**(b) Novas normas, regulamentações emitidas e emendas às normas contábeis e tributárias ainda não vigentes**

Novas normas, alterações às normas contábeis e novas legislações foram publicadas, porém, ainda não são mandatórias para o período findo em 2025 e não foram adotadas antecipadamente pela Companhia e suas controladas. A Companhia e suas controladas estão em processo de avaliação dos requerimentos e dos potenciais impactos decorrentes da adoção das novas normas e alterações listadas a seguir, cuja vigência se dará nos próximos períodos anuais:

Pronunciamentos novos ou alterados	Natureza da alteração	Vigente para períodos anuais iniciados em ou após
Alterações ao IFRS 9 e IFRS 7 – Contratos referenciados à eletricidade dependente da natureza	Permite que empresas apliquem a exceção do “ <i>own use</i> ” para certos PPAs (energia renovável). Além disso, flexibiliza “ <i>hedge accounting</i> ” para certos PPAs que não atendam a exceção de “ <i>own use</i> ”.	1º de janeiro de 2026
Divulgações de sustentabilidade emitidas pelo <i>International Sustainability Standard Board</i> (“ISSB”) – IFRS 1 e IFRS 2	Estabelece requisitos gerais para que as empresas divulguem informações sobre riscos e oportunidades significativos relacionados à sustentabilidade.	1º de janeiro de 2026
IFRS 18: Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras	Introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados.	1º de janeiro de 2027
IFRS 19: Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações	Permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS.	1º de janeiro de 2027

**Reforma tributária:**

A Emenda Constitucional nº 132/2023 e a Lei Complementar nº 214/2025 instituíram a Reforma Tributária sobre o consumo, com a criação do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), que substituirão gradualmente tributos como ICMS, ISS, PIS e COFINS.

A partir de 2026, inicia-se o período de transição para o novo modelo tributário, sendo este exercício considerado como ano de transição (ano teste), conforme previsto nas regulamentações vigentes. Importante destacar que, durante esse período, não haverá efeitos imediatos sobre as bases de apuração de tributos nem sobre as demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas, uma vez que será utilizado exclusivamente para fins de simulação e adaptação aos novos modelos de escrituração e apuração.

A Companhia e suas controladas tem acompanhado de forma contínua os desdobramentos da regulamentação com o objetivo de avaliar os potenciais impactos da Reforma Tributária sobre sua estrutura societária, operações e eventuais mudanças que possam afetar a atividade empresarial a partir de sua implementação.

**4 Estimativas e julgamentos contábeis críticos**

Com base em premissas, a Companhia e suas controladas fazem estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas e julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As estimativas contábeis raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam risco significativo, com probabilidade de causar ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas nas respectivas notas:

Nota	Conta Contábil
13	Investimentos
14	Imobilizado

## 5 Receita

### Política contábil

A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos e é reconhecida contabilmente pelo seu valor justo.

As controladas da Companhia seguem a estrutura conceitual do IFRS 15/CPC 47 “Receita de contrato com cliente”, baseada no modelo de cinco passos: (i) identificação dos contratos com os clientes; (ii) identificação das obrigações de desempenhos previstas nos contratos; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação à obrigação de desempenho previstas nos contratos e (v) reconhecimento da receita quando a obrigação de desempenho é atendida.

O modelo de cinco etapas estabelece que uma entidade deve reconhecer receita quando a transferência de bens ou serviços prometidos a clientes reflita a contraprestação que a entidade espera ter direito em troca desses bens ou serviços.

A medição contábil do volume de energia a ser faturado decorre do processamento da medição física, ajustada ao rateio das perdas informadas pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE”).

O reconhecimento contábil da receita é resultante da estimativa dos valores a serem faturados aos clientes de acordo com a metodologia e preços estabelecidos em cada contrato, ajustadas às quantidades de energia efetivamente geradas, quando aplicável. Esses ajustes decorrem do mecanismo da CCEE que verifica a exposição líquida da Companhia (vendas, geração, compras e consumo), denominado balanço energético.

### Venda de energia

Os contratos de venda de energia das controladas da Companhia são realizados nos ambientes livre e regulado de comercialização brasileira, sendo registrados integralmente na CCEE, agente responsável pela contabilização e liquidação de todo o sistema interligado nacional (SIN).

**Contratos *wholesale*:** representados por venda de energia, no ambiente de contratação livre, decorrente da garantia física das Controladas da Companhia.

**Energia de curto prazo – CCEE:** decorre da contabilização do mercado de curto prazo, ou seja, as disparidades entre recursos e requisitos de energia, valoradas ao Preço de Liquidação das Diferenças (“PLD”).

	Nota	2025	Consolidado 2024
<b>Receita bruta</b>			
<b>Venda de energia</b>			
Contratos <i>Wholesale</i>		64.279	55.825
Partes relacionadas	16	2.764	-
Energia de curto prazo – CCEE		2.074	1.135
		<u>69.117</u>	<u>56.960</u>
<b>Deduções sobre a receita bruta</b>			
PIS e COFINS sobre receitas operacionais		(2.523)	(1.871)
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica – TFSEE		(991)	(16)
		<u>(3.514)</u>	<u>(1.887)</u>
<b>Receita líquida</b>		<u><b>65.603</b></u>	<u><b>55.073</b></u>

## 6 Custos e despesas

						Consolidado	
						2025	2024
	Custo com energia elétrica	Custo com operação	Despesas gerais e administrativas	Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	Total	Total	
Energia comprada	(17.508)	-	-	-	(17.508)	(22.366)	
Encargos de uso da rede elétrica	(6.205)	-	-	-	(6.205)	(6.175)	
Depreciação e amortização	-	(26.209)	(171)	-	(26.380)	(24.767)	
<b>Materiais</b>	-	<b>119</b>	-	-	<b>119</b>	<b>(104)</b>	
Materiais	-	119	-	-	119	(104)	
<b>Serviços</b>	-	<b>(3.299)</b>	<b>(3.871)</b>	-	<b>(7.170)</b>	<b>(3.299)</b>	
Serviços de operação e manutenção	-	(2.738)	-	-	(2.738)	(1.084)	
Serviços de terceiros	-	(438)	(3.871)	-	(4.309)	(2.215)	
Serviços de manutenção e conservação	-	(123)	-	-	(123)	-	
<b>Outros</b>	-	<b>(2.116)</b>	<b>(269)</b>	-	<b>(2.385)</b>	<b>(1.456)</b>	
Aluguéis e arrendamentos	-	(977)	-	-	(977)	(50)	
Seguros	-	(948)	-	-	(948)	(1.129)	
Impostos, taxas e contribuições	-	(191)	(3)	-	(194)	(154)	
Outros custos e despesas líquidas	-	-	(266)	-	(266)	(123)	
<b>Demais (despesas) receitas</b>	-	-	-	<b>(296)</b>	<b>(296)</b>	<b>(1)</b>	
Outras (despesas) receitas líquidas	-	-	-	(224)	(224)	(1)	
Baixa de imobilizado, intangível e arrendamentos	-	-	-	(72)	(72)	-	
	<b>(23.713)</b>	<b>(31.505)</b>	<b>(4.311)</b>	<b>(296)</b>	<b>(59.825)</b>	<b>(58.168)</b>	

## 7 Resultado financeiro líquido

	Nota	Consolidado		Controladora	
		2025	2024	2025	2024
<b>Receitas financeiras</b>					
Rendimentos sobre equivalentes de caixa, aplicações financeiras e conta reserva		7.139	4.674	4.930	2.208
Juros sobre ativos financeiros		52	454	44	452
(-) PIS e COFINS sobre resultado financeiro		(234)	(124)	(235)	(124)
Outras receitas financeiras		265	267	266	67
		<b>7.222</b>	<b>5.271</b>	<b>5.005</b>	<b>2.603</b>
<b>Despesas financeiras</b>					
Juros sobre financiamentos	15(c)	(31.669)	(46.363)	(11.216)	(41.356)
Atualização monetária sobre financiamentos	15(c)	(6.796)	(7.876)	(6.796)	(7.876)
Atualização monetária sobre provisão para litígios		(15)	(20)	(15)	(20)
Apropriação dos custos de captações	15(c)	(366)	(573)	(297)	(6)
Ajuste a valor presente sobre obrigações com desmobilização de ativos		(370)	-	-	-
Ajuste a valor presente sobre arrendamentos		-	(594)	-	-
Outras despesas financeiras		(1.317)	(1.418)	(171)	(22)
		<b>(40.533)</b>	<b>(56.844)</b>	<b>(18.495)</b>	<b>(49.280)</b>
		<b>(33.311)</b>	<b>(51.573)</b>	<b>(13.490)</b>	<b>(46.677)</b>

## 8 Caixa e equivalentes de caixa

### Política contábil

Incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, cujos vencimentos originais são inferiores a três meses ou cuja estratégia seja a utilização dos recursos dentro desse prazo, que são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a risco insignificante de mudança de valor.

O caixa e equivalentes de caixa em moeda nacional compreendem disponibilidades em contas correntes bancárias e títulos públicos ou de instituições financeiras, em moeda nacional, indexados à taxa de depósito interbancário.

Em 31 de dezembro de 2025, os equivalentes de caixa possuem taxa de remuneração média de 99,88% do CDI (98,06% em 31 de dezembro de 2024).

	Consolidado		Controladora	
	2025	2024	2025	2024
<b>Caixa</b>				
Caixa e bancos	409	1.117	148	187
	409	1.117	148	187
<b>Equivalentes de caixa</b>				
Quotas de fundos de investimentos (i)	18.142	18.416	17.322	-
Certificados de Depósitos Bancários – CDBs	18.253	44.117	13.486	40.601
	36.395	62.533	30.808	40.601
<b>Caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>36.804</b>	<b>63.650</b>	<b>30.956</b>	<b>40.788</b>

(i) As quotas de fundo de investimento pertencem majoritariamente ao fundo exclusivo da Auren, Fundo Odessa Auren, além de outros fundos. As operações são compostas, substancialmente, por operações compromissadas e títulos públicos com liquidez diária.

## 9 Aplicações financeiras

### Política contábil

As aplicações financeiras, em sua maioria, apresentam liquidez imediata, sendo classificadas no ativo circulante. Contudo, são reconhecidas como aplicações financeiras quando não atendem a definição de caixa e equivalentes caixa e/ou quando são mantidas com a intenção de investimento, considerando a destinação prevista dos recursos.

Em 31 de dezembro de 2025, as aplicações financeiras possuem taxa de remuneração média de 99,88% do CDI.

	Consolidado	Controladora
	2025	2025
<b>Aplicações financeiras</b>		
Certificados de Depósitos Bancários ("CDBs")	3.702	-
Letras Financeiras do Tesouro - LFTs - Fundo Odessa Auren	3.952	3.773
	<b>7.654</b>	<b>3.773</b>

As aplicações em moeda nacional compreendem títulos públicos ou de instituições financeiras, indexados à taxa de depósito interbancário.

## 10 Fundo de liquidez – conta reserva

O fundo de liquidez – conta reserva é constituído com o objetivo de garantir recursos para obrigações específicas, funcionando como uma reserva estratégica. Por sua natureza, os valores alocados nesse grupo não possuem liquidez imediata, sendo classificados no ativo circulante e não circulante. Esses recursos não se enquadram na definição de caixa e equivalentes de caixa, pois são mantidos com destinação vinculada e não para uso operacional corrente.

As aplicações que compõem o fundo de liquidez podem incluir títulos públicos ou privados, geralmente indexados à taxa de depósito interbancário.

Em 31 de dezembro de 2025, o fundo de liquidez – conta reserva possui taxa de remuneração entre 94,16% e 101,66% do CDI (91,84% do CDI em 31 de dezembro de 2024).

	Consolidado	
	2025	2024
<b>Fundo de liquidez - Conta reserva (i)</b>		
Circulante	585	-
Não circulante	3.174	6.627
	<b>3.759</b>	<b>6.627</b>

(i) As controladas possuem alguns contratos de financiamentos que preveem a obrigação de manutenção de contas reserva e/ou fundos de liquidez como garantia, os quais devem ser mantidos durante todo o prazo de vigência dos respectivos contratos.

### 10.1 Qualidade de créditos dos ativos financeiros

A tabela a seguir reflete a qualidade de crédito dos emissores e das contrapartes em operações de caixa e equivalentes de caixas, aplicações financeiras e fundo de liquidez – conta reserva:

	Consolidado		Controladora	
	Rating local		Rating local	
	2025	2024	2025	2024
AAA	48.210	70.270	34.722	40.781
Sem rating	7	7	7	7
	<b>48.217</b>	<b>70.277</b>	<b>34.729</b>	<b>40.788</b>

Os ratings foram extraídos de agências de rating (*Standard & Poor's, Moody's e Fitch Ratings*). Para apresentação foi considerado o padrão de nomenclatura utilizado por elas.

## 11 Outros ativos

	Consolidado		Controladora	
	2025	2024	2025	2024
<b>Circulante</b>				
Multas por compensação de fornecedores (i)	4.917	4.943	-	-
Despesas pagas antecipadamente	524	744	-	-
Cauções e depósitos vinculados	246	232	246	232
Estoque de materiais de manutenção	7	-	-	-
	<b>5.694</b>	<b>5.919</b>	<b>246</b>	<b>232</b>
<b>Não circulante</b>				
Depósitos judiciais	12	-	12	-
Imposto de renda	-	939	-	939
	<b>12</b>	<b>939</b>	<b>12</b>	<b>939</b>
	<b>5.706</b>	<b>6.858</b>	<b>258</b>	<b>1.171</b>

(i) Refere-se à compensação a receber por atraso na conclusão das obras do Complexo Cajuína, que estão previstas nos contratos de construção e fornecimento de turbinas e equipamentos. Os contratos estabelecem penalidade por *achievement of substantial*

*completion* para atraso em relação à data de conclusão de cada parque eólico, com o objetivo de ressarcir perdas de receitas operacionais causadas pelo atraso.

## 12 Contas a receber de clientes

### Política contábil

Correspondem aos valores originados pela transação de venda de energia elétrica no curso normal das atividades das controladas da Companhia. São inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a perda estimada com créditos de liquidação duvidosa.

Mensalmente, a área de Vendas da Companhia analisa a posição de vencimentos da carteira de clientes e seleciona os clientes que apresentem saldos vencidos para avaliar a situação específica de cada um, bem como exerce o julgamento sobre o risco de perda envolvido. O resultado desse julgamento estabelece o montante financeiro a ser contabilizado como perdas esperadas.

Os valores a receber negociados pelas controladas da Companhia, normalmente, possuem prazo de recebimento até 45 dias.

### (a) Composição

	Consolidado	
	2025	2024
Contratos bilaterais	5.909	5.395
Partes relacionadas (Nota 16)	427	-
Energia de curto prazo - CCEE	262	-
	<b>6.598</b>	<b>5.395</b>

### (b) Vencimentos de contas a receber

	Consolidado	
	2025	2024
A vencer	6.598	5.395
	<b>6.598</b>	<b>5.395</b>

## 13 Investimentos

### Política contábil

As demonstrações financeiras refletem os ativos, passivos e transações da Controladora e suas controladas. Os saldos e as transações entre empresas, que incluem lucros não realizados, são eliminados.

Os investimentos em entidades controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial (MEP) a partir da data em que elas se tornam sua coligada, empreendimento controlado em conjunto ou controlada.

(a) Composição

	Informações em 31 de dezembro de 2025				Resultado de equivalência patrimonial		Controladora	
	Patrimônio Líquido	Prejuízo do exercício	Percentual de participação total (%)	Percentual de participação votante (%)			Saldo	
					2025	2024	2025	2024
<b>Investimentos avaliados por equivalência patrimonial</b>								
Ventos de São Ricardo 03 Energias Renováveis S.A.	190.858	(5.579)	100,00	100,00	(6.109)	(3.246)	212.442	225.807
Ventos de São Ricardo 04 Energias Renováveis S.A.	159.096	(9.445)	100,00	100,00	(9.975)	(7.800)	175.534	182.505
<b>Mais Valia (i)</b>								
Ventos de São Ricardo 03 Energias Renováveis S.A.					(442)	(442)	13.223	13.665
Ventos de São Ricardo 04 Energias Renováveis S.A.					(344)	(344)	10.285	10.629
					<b>(16.870)</b>	<b>(11.832)</b>	<b>411.484</b>	<b>432.606</b>

- (i) O saldo da mais valia é reclassificado para a rubrica de intangível no consolidado. O saldo do intangível no consolidado é de R\$ 24.371 sendo composto por: (i) R\$ 23.508 referente a mais valia; (ii) R\$ 773 referente ao custo de servidão, e (iii) R\$ 90 referente a *softwares*.

(b) **Movimentação**

	<b>Controladora</b>	
	<b>2025</b>	<b>2024</b>
Saldo no início do exercício	432.606	635.196
Equivalência patrimonial	(16.870)	(11.832)
Dividendos mínimos obrigatórios	-	(453)
Aumento de capital	8.600	-
Redução de capital	(12.852)	(190.305)
Saldo no final do exercício	<b>411.484</b>	<b>432.606</b>

**14 Imobilizado**

**Política contábil**

É apresentado pelo custo histórico de aquisição ou de construção, deduzido da depreciação acumulada. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados à aquisição ou construção de ativos qualificáveis.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como ativo separado, conforme apropriado, somente quando é provável que irão gerar benefícios econômicos futuros associados ao item e quando seu custo pode ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado.

Reparos e manutenções são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos. O custo das principais reformas é acrescido ao valor contábil do ativo quando os benefícios econômicos futuros ultrapassam o padrão de desempenho inicialmente estimado para o ativo em questão. As reformas são depreciadas ao longo da vida útil econômica restante do ativo relacionado.

Ganhos e perdas por alienações são determinados pela comparação do valor da venda com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas" na demonstração do resultado.

A depreciação dos ativos imobilizados é calculada pelo método linear, considerando os custos e os valores residuais durante a vida útil econômica dos bens vinculados à infraestrutura da autorização. As taxas de depreciações utilizadas pela Companhia e suas controladas são definidas pela ANEEL por meio da resolução normativa N°674/2015 de 11 de agosto de 2015.

A Companhia e suas controladas reconhecem uma obrigação segundo o valor justo para desmobilização de ativos no período em que elas ocorrerem, tendo como contrapartida o respectivo ativo imobilizado.

Os bens e as instalações utilizados na geração de energia e que são vinculados à concessão, não podem ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.

São previstos o oferecimento em garantia dos direitos emergentes da outorga os bens constituídos pela geradora eólica sem autorização da ANEEL, desde que a eventual execução da garantia não comprometa a continuidade da geração de energia elétrica. Já a transferência de outorga ou do controle societário deve ser precedida de anuência prévia.

**Impairment do imobilizado**

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável quando o valor contábil é maior do que o valor recuperável estimado, de acordo com os critérios adotados pela Companhia e suas controladas para determinar o valor recuperável.

Os ativos que estão sujeitos à depreciação são revisados para verificar a necessidade de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indiquem que o valor contábil pode não ser recuperável. A perda por *impairment* é reconhecida pelo montante excedente entre o valor contábil do ativo e seu valor recuperável.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia e suas controladas não identificaram a necessidade de provisões para *impairment* para os ativos imobilizados.

## (a) Composição e movimentação

	Máquinas e Equipamentos	Edifícios e construções	Desmobilização de ativos	Móveis e utensílios	Obras em andamento	2025	2024
Saldo no início do exercício							
Custo	506.487	139.601	4.256	-	8.616	658.960	619.227
Depreciação acumulada	(18.597)	(5.223)	(122)	-	-	(23.942)	-
Saldo líquido no início do exercício	487.890	134.378	4.134	-	8.616	635.018	619.227
Adições	-	-	-	-	8.243	8.243	35.473
Depreciação	(21.623)	(3.772)	(109)	(17)	-	(25.521)	(23.943)
Remensurações	-	-	-	-	-	-	4.256
Transferências	119.084	(121.804)	-	118	2.573	(29)	5
Saldo no final do exercício	585.351	8.802	4.025	101	19.432	617.711	635.018
Custo	625.571	17.797	4.256	118	19.432	667.174	658.961
Depreciação acumulada	(40.220)	(8.995)	(231)	(17)	-	(49.463)	(23.943)
Saldo líquido no final do exercício	585.351	8.802	4.025	101	19.432	617.711	635.018
Taxas médias anuais de depreciação - %	5,0%	3,0%	3,0%	6,0%			

## 15 Financiamentos e debêntures

## Política contábil

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos, e subsequentemente, são demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os financiamentos estejam em aberto, utilizando-se da taxa de juros efetiva.

## (a) Composição

											Consolidado
											2025
		Circulante				Não circulante					
Modalidade	Encargos anuais médios	Principal	Custo de captação	Encargos	Total	Principal	Custo de captação	Encargos	Total	Total	Valor justo
BNB	IPCA + 4,53%	1.800	(69)	887	2.618	216.462	(1.450)	4.028	219.040	221.658	199.971
Debêntures - 2ª Emissão - Veleiros (1ª série)	IPCA + 7,33%	1.090	(126)	548	1.512	83.561	(2.645)	-	80.916	82.428	82.758
Debêntures - 2ª Emissão - Veleiros (2ª série)	IPCA + 6,93%	45	(169)	453	329	73.748	(2.521)	-	71.227	71.556	69.297
		<b>2.935</b>	<b>(364)</b>	<b>1.888</b>	<b>4.459</b>	<b>373.771</b>	<b>(6.616)</b>	<b>4.028</b>	<b>371.183</b>	<b>375.642</b>	<b>352.026</b>

											Consolidado
											2024
		Circulante				Não circulante					
Modalidade	Encargos anuais médios	Principal	Custo de captação	Encargos	Total	Principal	Custo de captação	Total	Total	Valor justo	
BNB	IPCA + 4,53%	9.744	(69)	892	10.567	214.352	(1.519)	212.833	223.400	223.400	
Debêntures - 2ª Emissão - Veleiros (1ª série)	IPCA + 7,33%	1.305	(126)	533	1.712	81.051	(2.772)	78.279	79.991	69.292	
Debêntures - 2ª Emissão - Veleiros (2ª série)	IPCA + 6,93%	333	(169)	435	599	70.656	(2.690)	67.966	68.565	59.507	
		<b>11.382</b>	<b>(364)</b>	<b>1.860</b>	<b>12.878</b>	<b>366.059</b>	<b>(6.981)</b>	<b>359.078</b>	<b>371.956</b>	<b>352.199</b>	

											Controladora
											2025
		Circulante				Não circulante					
Modalidade	Encargos anuais médios	Principal	Custo de captação	Encargos	Total	Principal	Custo de captação	Total	Total	Valor justo	
Debêntures - 2ª Emissão - Veleiros (1ª série)	IPCA + 7,33%	1.090	(126)	548	1.512	83.561	(2.645)	80.916	82.428	82.758	
Debêntures - 2ª Emissão - Veleiros (2ª série)	IPCA + 6,93%	45	(169)	453	329	73.748	(2.521)	71.227	71.556	69.297	
		<b>1.135</b>	<b>(295)</b>	<b>1.001</b>	<b>1.841</b>	<b>157.309</b>	<b>(5.166)</b>	<b>152.143</b>	<b>153.984</b>	<b>152.055</b>	

**Veleiros Holdings S.A.****Notas explicativas**

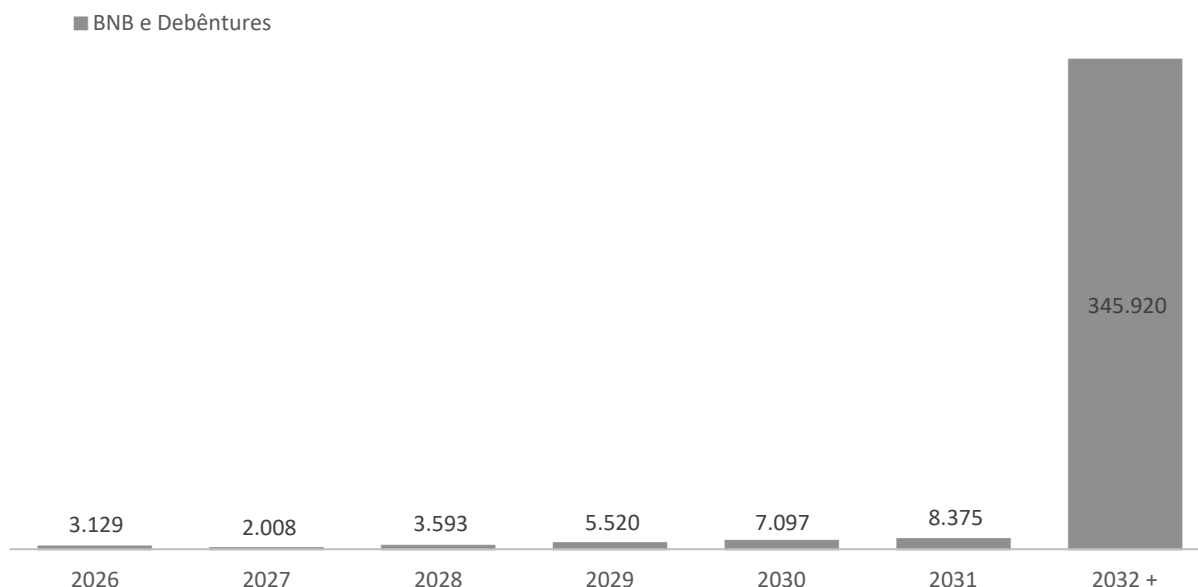
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

<b>Controladora</b>										
<b>2024</b>										
<b>Modalidade</b>	<b>Encargos anuais médios</b>	<b>Circulante</b>				<b>Não circulante</b>				<b>Valor justo</b>
		<b>Principal</b>	<b>Custo de captação</b>	<b>Encargos</b>	<b>Total</b>	<b>Principal</b>	<b>Custo de captação</b>	<b>Total</b>	<b>Total</b>	
Debêntures - 2ª Emissão - Veleiros (1ª série)	IPCA + 7,33%	1.305	(126)	533	1.712	81.051	(2.772)	78.279	79.991	69.292
Debêntures - 2ª Emissão - Veleiros (2ª série)	IPCA + 6,93%	333	(169)	435	599	70.656	(2.690)	67.966	68.565	59.507
		<b>1.638</b>	<b>(295)</b>	<b>968</b>	<b>2.311</b>	<b>151.707</b>	<b>(5.462)</b>	<b>146.245</b>	<b>148.556</b>	<b>128.799</b>

BNB – Banco do Nordeste do Brasil S.A.

IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo

**(b) Perfil de vencimento - consolidado**



O perfil de vencimento da dívida apresenta o saldo a ser pago, sendo considerada a amortização do principal e a projeção de juros.

**(c) Movimentação**

	Consolidado		Controladora	
	2025	2024	2025	2024
Saldo no início do exercício	371.956	451.506	148.556	451.506
Captações	-	220.000	-	-
Provisões de juros (Nota 7)	31.669	46.363	11.216	41.356
Atualização monetária	6.796	7.876	6.796	7.876
Adição dos custos de captações	-	(2.486)	-	(312)
Apropriações dos custos de captações (Nota 7)	366	573	297	6
Juros pagos	(31.689)	(26.724)	(11.184)	(26.724)
Liquidações	(3.456)	(325.152)	(1.697)	(325.152)
Saldo no final do exercício	<b>375.642</b>	<b>371.956</b>	<b>153.984</b>	<b>148.556</b>

**(d) Garantias**

Modalidade	Ativo ou Projeto	Garantia
Debêntures	- Veleiro Holdings	Alienação fiduciária de Ações; Alienação fiduciária de Equipamentos; Cessão Fiduciária de direitos.
BNB	- Ventos de São Ricardo 03; - Ventos de São Ricardo 04.	Fiança Bancária; Conta Reserva.

**(e) Condições restritivas**

Os contratos de financiamentos e debêntures da Companhia e suas controladas possuem cláusulas restritivas financeiras e não financeiras.

As cláusulas restritivas financeiras podem incluir índice de alavancagem, medida pela relação Dívida líquida sobre Ebitda ajustado, e/ou índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD). No período findo em 31 de dezembro de 2025, as condições contratuais foram cumpridas.

## 16 Partes relacionadas

### Política contábil

Com o objetivo de aprimorar e fortalecer a governança corporativa do grupo, a Companhia possui uma política de partes relacionadas, que visa estabelecer e consolidar as diretrizes a serem observadas nas transações com partes relacionadas, resumidas a seguir: (i) evitar situações com potencial conflito de interesses; (ii) assegurar transparência aos acionistas, investidores e ao mercado em geral; e (iii) formalizar o compromisso das empresas em divulgar tais transações em seus relatórios financeiros.

A Companhia não possui despesas relacionadas a remuneração do pessoal-chave da Administração, pois pertencem a controladora Auren.

	Ativo		Passivo		Vendas (Nota 5)		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024
							Compras	
<b>Contas a receber de clientes - Vendas (Nota 12)</b>								
Auren Comercializadora de Energia Ltda.	427	-	-	-	427	-	-	-
Auren Operações S.A.	-	-	-	-	2.337	-	-	-
	<b>427</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>2.764</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Fornecedores – compras (Nota 17)</b>								
Auren Operações S.A.	-	-	-	8.467	-	-	(3.108)	(19.830)
	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>8.467</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(3.108)</b>	<b>(19.830)</b>
	<b>427</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>8.467</b>	<b>2.764</b>	<b>-</b>	<b>(3.108)</b>	<b>(19.830)</b>

## 17 Fornecedores

	Consolidado	
	2025	2024
Fornecedores de materiais e serviços	28.443	28.187
Fornecedores nacionais - Partes relacionadas (Nota 16)	-	8.467
	<b>28.443</b>	<b>36.654</b>

## 18 Imposto de renda e contribuição social

### Política contábil

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem o imposto e contribuição correntes e diferidos. O imposto sobre a renda e a contribuição social são reconhecidos na demonstração do resultado.

As controladas da Companhia optaram pelo recolhimento do imposto de renda e contribuição social com base no lucro presumido e auferem seu lucro tributável com base na alíquota de presunção de 8% (IRPJ) e 12% (CSLL) sobre as receitas de venda de energia.

A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada individualmente para a Companhia com base em alíquotas e regras fiscais em vigor. A Companhia também reconhece provisões por conta de situações em que é provável que valores adicionais de impostos sejam devidos. Quando o resultado dessa avaliação é diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetam os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos no período em que o valor definitivo é determinado.

	Consolidado			
	2025			
	Receitas de Venda (Venda de Energia)		Receitas Tributadas 100% (Financeira e Outras Receitas Operacionais)	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Total Receita Bruta Tributável	69.117	69.117	2.217	2.217
Exclusão ICMS ST - Vendas Incentivadas	-	-	-	-
Total Receita Tributável	69.117	69.117	2.217	2.217
% de Presunção da Base	8%	12%		
<b>Base de cálculo Presumida</b>	<b>5.529</b>	<b>8.294</b>	<b>2.217</b>	<b>2.217</b>
Alíquota Nominal dos Tributos	15%	9%	15%	9%
Adicional IRPJ	10%		10%	
Outros	35	23		
<b>IRPJ e CSLL corrente</b>	<b>1.404</b>	<b>770</b>	<b>555</b>	<b>199</b>
Diferido	(3)	(1)	-	-
<b>IRPJ e CSLL no resultado</b>	<b>1.366</b>	<b>769</b>	<b>555</b>	<b>199</b>

	Consolidado			
	2024			
	Receitas de Venda (Venda de Energia)		Receitas Tributadas 100% (Financeira e Outras Receitas Operacionais)	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Total Receita Tributável	55.912	55.912	2.224	2.224
% de Presunção da Base	8%	12%		
<b>Base de cálculo Presumida</b>	<b>4.473</b>	<b>6.709</b>	<b>2.224</b>	<b>2.224</b>
Alíquota Nominal dos Tributos	15%	9%	15%	9%
Adicional IRPJ	10%		10%	
Outros	144	12	-	-
<b>IRPJ e CSLL corrente</b>	<b>1.213</b>	<b>460</b>	<b>557</b>	<b>200</b>
Diferido	996	537	-	-
<b>IRPJ e CSLL no resultado</b>	<b>2.209</b>	<b>997</b>	<b>557</b>	<b>200</b>

**(a) Reconciliação da despesa de IRPJ e da CSLL**

Os valores correntes são calculados com base nas alíquotas em vigor sobre o lucro tributado, acrescido ou diminuído das respectivas adições e exclusões. Destaca-se que a *holding* apurou prejuízo fiscal e não tem expectativa de realização desse prejuízo, não registrando, portanto, imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos.

Os valores de imposto de renda e contribuição social demonstrados no resultado do exercício da controladora apresentam a seguinte reconciliação com base na alíquota nominal:

	Consolidado	
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(27.533)	(54.668)
Alíquotas nominais	34%	34%
IRPJ e CSLL calculados às alíquotas nominais	9.361	18.587
Ajustes para apuração do IRPJ e da CSLL efetivos		
Prejuízo fiscal e base negativa sem constituição de diferido	(4.600)	-
Outras adições permanentes, líquidas	(5)	-
Efeito de empresas tributadas pelo lucro presumido	(7.018)	(22.550)
IRPJ e CSLL apurados	(2.262)	(3.963)
Correntes	(2.893)	(2.430)
Diferidos	4	(1.533)
<b>IRPJ e CSLL no resultado</b>	<b>(2.889)</b>	<b>(3.963)</b>

## 19 Patrimônio líquido

### (a) Capital social

É representado exclusivamente por ações de capital que são classificadas no patrimônio líquido.

Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, o capital social integralizado da Companhia é de R\$ 382.530, composto por 38.639.431 ações ordinárias e 38.639.431 ações preferenciais e sem valor nominal.

	Consolidado e controladora						
	Capital social integralizado	Quantidade de ações - em unidades					
		Ordinárias	%	Preferenciais	%	Total	%
Acionistas Controladores							
Tucano Holding I S.A.	193.178	19.512.913	50,50%	19.512.913	50,50%	39.025.825	50,50%
Unipar Carbocloro S.A.	189.353	19.126.518	49,50%	19.126.518	49,50%	38.253.037	49,50%
	<b>382.530</b>	<b>38.639.431</b>	<b>100,00%</b>	<b>38.639.431</b>	<b>100,00%</b>	<b>77.278.862</b>	<b>100,00%</b>

## 20 Instrumentos financeiros e gestão de risco

### 20.1 Instrumentos financeiros por categoria

#### (a) Ativos financeiros – classificação, reconhecimento e mensuração

A Companhia e suas controladas classificam seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: custo amortizado, valor justo por meio do resultado e valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação dos ativos financeiros da empresa no reconhecimento inicial.

##### (i) Custo amortizado

Instrumentos financeiros mantidos em um modelo de negócios cujo objetivo seja obter fluxos de caixa contratuais e seus termos contratuais deem origem a fluxos de caixa que sejam exclusivamente o pagamento de principal e juros. Os instrumentos nessa classificação são mensurados ao custo amortizado.

##### (ii) Valor justo por meio do resultado

Têm como característica a sua negociação ativa e frequente nos mercados financeiros. Esses instrumentos são mensurados por seu valor justo, e suas variações são reconhecidas no resultado do exercício.

#### (b) Passivos financeiros – classificação, reconhecimento e mensuração

A Companhia e suas controladas classificam seus passivos financeiros nas seguintes categorias: (i) mensurados ao custo amortizado e (ii) valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros mantidos para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado e suas variações, incluindo juros, são reconhecidas no resultado. As variações em outros passivos financeiros mensurados ao custo amortizado, incluindo juros, são reconhecidas no resultado na rubrica de “receitas (despesas) financeiras”. Os passivos financeiros são baixados quando as obrigações contratuais são retiradas, canceladas ou expiradas. A diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos ou passivos assumidos) é reconhecida nas demonstrações do resultado.

A seguir são demonstrados os instrumentos financeiros por categoria e correspondente nível de enquadramento na hierarquia de mensuração pelo valor justo:

	Nível	Consolidado		Controladora	
		2025	2024	2025	2024
<b>Ativos</b>					
Ao custo amortizado					
Contas a receber de clientes (Nota 12)		6.598	5.395	-	-
		6.598	5.395		
Ao valor justo por meio do resultado					
Equivalentes de caixa (i) (Nota 8)	1	36.395	62.533	30.808	40.601
Aplicações financeiras (i) (Nota 9)	1	7.654	-	3.773	-
Fundo de liquidez - Conta reserva (i) (Nota 10)	1	3.759	6.627	-	-
		47.808	69.160	34.581	40.601
		<b>54.406</b>	<b>74.555</b>	<b>34.581</b>	<b>40.601</b>
<b>Passivos</b>					
Ao custo amortizado					
Financiamentos e debêntures (ii) (Nota 15)		375.642	371.956	153.984	148.556
Fornecedores		28.443	36.654	-	-
		<b>404.085</b>	<b>408.610</b>	<b>153.984</b>	<b>148.556</b>

(i) O valor justo apresentado corresponde ao valor contábil reconhecido.

(ii) O valor justo desta rubrica está apresentado na Nota 15 (a).

A Companhia e suas controladas divulgam as mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo:

Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;

## 20.2 Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia e suas controladas as expõem a diversos riscos financeiros, a saber: (a) risco de crédito, (b) risco de liquidez, (c) risco regulatório, (d) risco socioambiental, (e) risco em renováveis não-hídricas e (f) risco de mercado.

Para atenuar os efeitos diversos de cada fator de risco, a Companhia e suas controladas, seguem a Política de Gestão de Riscos da Auren, cujo objetivo é estabelecer a governança e suas macro diretrizes no processo de gestão de riscos financeiros, assim como indicadores de mensuração e acompanhamento.

O processo de gestão de riscos financeiros objetiva a preservação da liquidez e a proteção do fluxo de caixa e de seus componentes operacionais (receitas e custos) e financeiros (ativos e passivos financeiros) contra eventos adversos de mercado, tais como oscilações de preços de moedas e de taxas de juros e contra eventos adversos de crédito.

### (a) Risco de crédito

As aplicações financeiras (alocação de caixa) criam exposição ao risco de crédito de contrapartes e emissores. A Companhia e suas controladas têm como política trabalhar com emissores que possuam, no mínimo, avaliação de duas das seguintes agências de *rating*: *Fitch Ratings*, *Moody's* ou *Standard & Poor's*. O *rating* mínimo exigido para as contrapartes é "A" (em escala local) ou "BBB-" (em escala global), ou equivalente.

Para ativos financeiros cujos emissores não atendem às classificações de risco de crédito mínimas anteriormente descritas, a alocação deverá ser aprovada previamente pelo Conselho de Administração da Auren. A qualidade de crédito dos ativos financeiros está descrita na Nota 10.1. Os *ratings* divulgados nesta nota, sempre são os mais conservadores das agências mencionadas.

**(b) Risco de liquidez**

O risco de liquidez é gerenciado visando garantir recursos líquidos suficientes para honrar os compromissos financeiros da Companhia e de suas controladas no prazo e sem custo adicional. Um dos principais instrumentos de medição e monitoramento da liquidez é a projeção de fluxo de caixa, observando-se um prazo mínimo de 12 meses de projeção a partir da data de referência.

A gestão de liquidez e endividamento adota métricas compatíveis às companhias *investment grade* fornecidas por agências classificadoras de riscos de abrangência global.

A tabela a seguir analisa os principais passivos financeiros da Companhia e suas controladas, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento.

	Consolidado				
	Até 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	A partir de 5 anos	Total
	Até 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	A partir de 5 anos	Total
<b>Em 31 de dezembro de 2025</b>					
Financiamentos e debêntures (i)	31.565	90.035	82.625	760.453	964.678
Fornecedores	28.443	-	-	-	28.443
	<b>60.008</b>	<b>90.035</b>	<b>82.625</b>	<b>760.453</b>	<b>993.121</b>
<b>Em 31 de dezembro de 2024</b>					
Financiamentos e debêntures (i)	47.936	94.243	1.163.286	1.005.851	2.311.316
Fornecedores	36.654	-	-	-	36.654
	<b>84.590</b>	<b>94.243</b>	<b>1.163.286</b>	<b>1.005.851</b>	<b>2.347.970</b>

	Controladora				
	Até 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	A partir de 5 anos	Total
	Até 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	A partir de 5 anos	Total
<b>Em 31 de dezembro de 2025</b>					
Debêntures (i)	12.115	27.538	34.996	320.946	395.595
	<b>12.115</b>	<b>27.538</b>	<b>34.996</b>	<b>320.946</b>	<b>395.595</b>
<b>Em 31 de dezembro de 2024</b>					
Debêntures (i)	13.010	27.226	733.319	673.522	1.447.077
	<b>13.010</b>	<b>27.226</b>	<b>733.319</b>	<b>673.522</b>	<b>1.447.077</b>

(i) Os valores incluídos na tabela são os fluxos de caixa contratuais não descontados.

**(c) Risco regulatório**

As atividades das controladas da Companhia são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre suas atividades.

**(d) Risco socioambiental**

As controladas da Companhia estão sujeitas a inúmeras leis ambientais, regulamentos, tratados e convenções, que determinam a remoção e limpeza de contaminação do ambiente, ou relativas à proteção ambiental. As violações à regulamentação ambiental existente expõem os infratores a multas e sanções pecuniárias substanciais e poderão exigir medidas técnicas ou investimentos de forma a assegurar o cumprimento dos limites obrigatórios de emissão.

A Administração da Companhia e de suas controladas realiza periodicamente levantamentos com o objetivo de identificar áreas potencialmente impactadas e registra com base na melhor estimativa do custo, os valores estimados para monitoramento e prevenção dessas localidades.

As controladas da Companhia consideram estar de acordo com todas as normas ambientais aplicáveis às suas operações.

**(e) Risco em renováveis não-hídricas**

**(i) Risco de não performance dos parques eólicos**

A Companhia possui em seus contratos de autorização de geração de energia eólica, cláusulas específicas de performance, as quais delimitam uma geração mínima ao decorrer do ano e do quadriênio, vinculado a garantia física comprometida nos leilões em que possui negociação. Os parques eólicos estão expostos a fatores climáticos, tais fatores podem trazer oscilação na velocidade do vento, gerando assim o risco de não atendimento do que está determinado no contrato e há a possibilidade de comprometer as receitas futuras da Companhia.

**(ii) *Constrained-off* de usinas eólicas**

Os eventos de *constrained-off* de usinas eólicas assim como de outras fontes de energia são decorrentes dos comandos do Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS para redução de geração devido limitações de escoamento dessa geração na rede de transmissão ou ainda devido à redução de carga observada no Sistema Interligado Nacional – SIN.

Nessas situações, o gerador encontra-se impedido de atender seus contratos ou outros compromissos por meio da geração de suas próprias unidades geradoras. Essa frustração da geração caracteriza o custo de oportunidade atrelado ao *constrained-off* de usinas.

**(f) Risco de mercado**

Está associado à ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições próprias da Companhia, incluindo operações sujeitas à variação das taxas de juros.

**(i) Risco de taxa de juros**

O risco de taxa de juros da Companhia e de suas controladas decorre de contratos operacionais, financiamentos e debêntures. Esses contratos emitidos às taxas variáveis expõem a Companhia e suas controladas ao risco de flutuação da taxa de juros afetando o fluxo de caixa da Companhia e de suas controladas os quais são permanentemente monitorados.

### 20.3 Demonstrativo da análise de sensibilidade

O principal fator de risco que impacta a precificação dos instrumentos financeiros em equivalentes de caixa, aplicações financeiras e fundo de liquidez – conta reserva, financiamentos e debêntures é a exposição à flutuação das taxas de juros. Os cenários para estes fatores são elaborados utilizando fontes de mercado e fontes especializadas.

Os cenários em 31 de dezembro de 2025 estão descritos abaixo:

Cenário I - Considera choque nas curvas e cotações de mercado de 31 de dezembro de 2025, conforme cenário base definido pela Administração para 31 de março de 2026;

Cenário II - Considera choque de + ou - 25% nas curvas de mercado de 31 de dezembro de 2025;

Cenário III - Considera choque de + ou - 50% nas curvas de mercado de 31 de dezembro de 2025.

				Consolidado				
				Impactos no resultado				
				Cenário I			Cenários II & III	
Fatores de risco	Natureza da operação	Saldo	Choque nas curvas de 31/12/2025	Resultados do cenário I	-25%	-50%	+25%	+50%
Taxas de juros								
CDI 14,90%	Equivalentes de caixa, aplicações financeiras e conta reserva	47.808	-72,92bps*	(349)	(1.781)	(3.562)	1.781	3.562
IPCA 4,53%/7,33%/6,93%	Financiamentos e debêntures (i)	369.726	6bps*	(235)	4.075	8.150	(4.075)	(8.150)

				Controladora				
				Impactos no resultado				
				Cenário I			Cenários II & III	
Fatores de risco	Natureza da operação	Saldo	Choque nas curvas de 31/12/2025	Resultados do cenário I	-25%	-50%	+25%	+50%
Taxas de juros								
CDI 14,90%	Equivalentes de caixa, aplicações financeiras e conta reserva	34.581	-72,92bps*	(252)	(1.288)	(2.576)	1.288	2.576
IPCA 4,26%	Debêntures (i)	152.983	6bps*	(98)	1.698	3.396	(1.698)	(3.396)

(i) Valores desconsideram os custos de captação.

\* bps - basis points